

VII Fórum Pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro

Carta de Porto Alegre

Aos companheiros participantes deste Fórum, apresentamos esta carta para leitura, debates e considerações sobre a luta da negritude nos bancos e no Brasil de forma geral. Portanto, é uma proposta em aberto para afinar pontos de vistas, ajustar nossas bandeiras e definir um programa mínimo de atuação para este momento onde o racismo e as discriminações buscar ganhar terreno. Esta é a ideia, unir, unificar e seguir juntos na reconstrução de um Brasil sem ódio e exclusão social.

A maioria da população brasileira é preta, e uma parcela significativa vive em áreas periféricas, favelas e comunidades. Mesmo nestas condições, onde impera a desigualdade, o enquadramento numa mirada socioeconômica, os afrodescendentes configuram uma potência superior a muitos estados do país. Para muitos, contudo, os avanços conquistados pela população negra foram mínimos.

O pano de fundo é a forma perversa de mão de obra nas Américas. "É preciso entender que a escravização do povo negro - indígena e africana - esteve presente, de modo combinado e diverso, em várias partes do Brasil, e apresentou diferentes feições econômicas, culturais e demográficas", na análise de Lilia Schwarcz e Flávio Gomes no "Dicionário da Escravidão e Liberdade". Na obra, publicada em 2018, pela Cia das Letras, os autores argumentam de forma incisiva: "Depois de 130 anos da extinção da escravização do povo negro, existem, porém, permanências fortes e teimosas na sociedade brasileira. O racismo continua estrutural no país, e continua inscrito no presente, de forma que não é possível apenas culpar a história ou o passado".

Em 27 de julho de 1825, um brigue chamado Espadarte atracou no Rio de Janeiro e descarregou 422 africanos embarcados à força através do Atlântico vindos de Angola. Foi o primeiro carregamento de escravos organizados por José Bernardino de Sá, diz reportagem de Constança Malleret publicada no diário britânico The Guardian, em 26 de outubro de 2023. As investigações estão finalmente revelando como a escravização do povo negro e o tráfico de escravos moldaram as instituições do país.

O historiador Thiago Campos Pessoa, cujo trabalho ajudou a esclarecer as atividades do tráfico de Sá. Sua investigação levou os procuradores a lançar um inquérito sem precedentes sobre as ligações históricas entre o comércio de escravos e o Banco do Brasil. "Esta não é uma investigação sobre o passado, mas sobre o presente e o futuro do Brasil", disse o promotor Júlio Araújo, que espera desencadear um debate em toda a sociedade sobre as reparações da escravização do povo negro como parte da luta contra a desigualdade racial.

"Queremos fazer mais pesquisas... e chegar a outras instituições, particulares, para iniciar esse debate sobre reparações, que nunca aconteceu no Brasil", disse Clemente Penna, da Universida-

de Federal de Santa Catarina. Ele cita o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e a família Souza Aranha, que fundou o maior banco privado da América Latina, o Itaú, como exemplos de instituições que poderiam ser pressionadas a examinar seu passado. As reparações são urgentes bandeiras de luta do povo negro.

A teimosia em ignorar o passado e a história dos pretos e pretas, cujos ancestrais construíram este país com suas lutas e sangues, tem que ter fim. As reparações/indenizações fazem parte das prioridades, e o setor financeiro se projeta como um dos autores das bandeiras das maldades. Pesquisa do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial mostra que o governo americano deu a cada um dos nipo-americanos recompensa de 20 mil dólares por ter colocado seus antepassados em campo de concentração durante a 2ª Guerra Mundial. Já o governo alemão pagou 50 bilhões de dólares aos sobreviventes do holocausto e a Áustria desembolsou 25 milhões de dólares como reparação pela agonia física e mental sofrida nos campos em seu território. Três exemplos que ilustram as ações reparadoras das bandeiras das maldades.

Uma pergunta se projeta no maior território da escravização do povo negro. E o Brasil, como e quando irá reparar sua dívida histórica com o escravizado povo preto e seus descendentes? Dar um fim ao racismo, nas desigualdades sociais e discriminações?

Nesta perspectiva, a Carta de Porto Alegre apresenta pontos para o debate, no sentido de unificar a luta, afinar os propósitos e construir um mundo sem exploração, escravização e opressores.

Bandeiras gerais

- Reparações e indenizações ao povo preto - Um caminho para a democracia no Brasil
- Democracia e liberdade
- Igualdade social
- Saúde, educação, emprego e moradia digna
- Liberdade religiosa
- Fim do racismo e de todas as discriminações
- Descriminalização das drogas e do aborto
- Revisão das reformas da Previdência, trabalhista e da flexibilização da terceirização

Bandeiras específicas

- Contratação de pretos e pretas no setor financeiro
- Programa de aceleração de carreira com contratação de mentoria
- Salário igual para trabalho igual
- Promoção com critérios transparentes
- Fim do assédio sexual e moral
- Concurso público
- Oportunidades para todos

